

O EFEITO *KAGEMUSHA*. AS ARMAS DE FOGO
PORTUGUESAS E O ESTADO NO SUL DA
ÍNDIA NO INÍCIO DA ÉPOCA MODERNA

*The Kagemusha effect. The Portuguese firearms and the
State in early modern South India*

Sanjay Subrahmanyam*

RESUMO

O presente artigo examina a extensão da propagação do uso de armas de fogo no sul da Índia nos séculos XVI e XVII e o papel que os portugueses desempenharam nesse processo, especialmente os indivíduos privados portugueses. As fontes utilizadas são majoritariamente europeias, suplementadas, no entanto, por algum material literário em telegu e sânscrito, produzido nas cortes dos chamados reinos “Nayaka” do Tamilnadu dos séculos XVI e XVII. Usando-as, espera-se lançar luz não meramente ao uso de armas de fogo em si, mas em como elas eram percebidas pelos governos do sul da Índia do período.

Palavras-chave: armas de fogo; Índia; séculos XVI e XVII; portugueses na Ásia; Estado da Índia.

ABSTRACT

The present paper examines the extent of the spread of the use of firearms in Southern India in the 16th and 17th centuries, and the role played by the Portuguese, especially by private Portuguese. The sources used are largely European, supplemented however by some literary material in Telugu and Sanskrit, generated in the courts of the so-called

* Sanjay Subrahmanyam é diretor do Centro para Índia e Ásia do Sudeste e professor de História da Índia da Universidade da Califórnia, Los Angeles, EUA. Este artigo foi originalmente publicado como “The Kagemusha effect. The Portuguese firearms and the state in early modern south India”. *Moyen Orient & Océan Indien*, IV, 1987. A tradução para o português é de Ana Maria Rufino Gillies.

O autor agradece a David Shulman, sem cuja colaboração e apoio este artigo nunca teria sido escrito.

“Nayaka” kingdoms of 16th and 17th century Tamilnadu. Using these, it is hoped to shed light not merely on the actual use of firearms, but on how they were perceived in the south Indian polities of the period.

Key-words: firearms; India; 16th and 17th centuries; Portuguese in Asia; State of India.

A propagação de armas de fogo – canhão, arcabuz e mosquete (e mais tarde espingarda) – no início da época moderna está mais que certamente ligada a uma ampla variedade de mudanças que ocorreram naquele período. Na Europa, muitas dessas transformações têm sido discutidas a partir do que Michael Roberts denominou “a revolução militar”; e, por estar situada no período que vai de 1560 a 1660, esta “revolução” deve ser vista em relação a outras – a “revolução comercial” e o crescimento do comércio de longa distância, a “revolução dos preços” que supostamente resultou deste incremento no comércio, e outras “revoluções” que ocorreram nos campos da agricultura, indústria e assim por diante.

Apesar de historiadores de outras partes do mundo terem tentado importar estas revoluções para dentro de suas próprias historiografias, a “revolução militar” também recebeu sua justa parcela de atenção. Além disso, aqueles autores que escrevem sobre a expansão européia sempre abordam com maior ou menor grau de sucesso e sofisticação o problema das “Armas e Velas” (como diz Carlo Cipolla) na relação entre a Europa e o resto do mundo no princípio da época moderna¹. Suas conclusões, muito bem resumidas por Geoffrey Parker numa recente monografia, são que a propagação do uso de armas de fogo no período de aproximadamente 1500 a 1800 foi considerável em algumas partes do mundo, mas limitada em outras. Além disso, as contingências e conseqüentes mudanças nas estruturas dos estados tenderam a variar consideravelmente².

No interior da própria Ásia, Parker tende a diferenciar a Ásia Oriental (China e Japão) do Sudeste da Ásia, e trata a Índia e o Oriente Médio

¹ Carlo M. Cipolla, *Guns and Sails in the early phase of European expansion, 1400-1700*. London, 1965; ver também CHAUNU, Pierre. *Conquête et exploitation des Nouveaux Mondes, (XVIIe siècle)*, Paris, 1969.

² Cf. PARKER, Geoffrey. *The Military Revolution: Military innovation and the rise of the West, 1500-1800*. Cambridge, 1987, p. 115-145.

como partes distintas das outras duas áreas. Ele argumenta que na China, e mais proeminentemente no Japão, as armas de fogo foram rapidamente incorporadas e causaram uma verdadeira transformação na arte da guerra. Embora tenha ocorrido uma subsequente reversão no caso japonês, com os Shoguns Tokugawa impondo uma “desmilitarização” no século XVII, houve um efeito substancial, em uma fase dramática (o final do século XVI) de mudança da tecnologia de guerra, nos processos de formação do estado. É isto que aqui foi chamado (seguindo Parker) de “efeito Kagemusha”, fazendo eco ao tema do filme de Akira Kurosawa, onde as armas de fogo nas mãos das forças de Oda Nobunaga são vistas, na batalha de Nagashino (1575), como fator de alteração decisivo do equilíbrio contra um outro conjunto de *daimyo*, que ainda esposavam a velha forma de guerrear envolvendo cavalaria pesada. Isto pode ser entendido como estando integralmente relacionado à bem sucedida centralização de poder no Japão do final do século XVI e começo do XVII.

No entanto, no caso da Ásia do Sudeste, tem-se argumentado com frequência (particularmente por C. R. Boxer) que armas de fogo e artilharia permaneceram periféricas ao maquinário de guerra nos estados dos séculos XVI e XVII³. Os sultanatos de Aceh e Johor, para citar dois dos mais poderosos estados do período na região, são descritos como notoriamente incompetentes no uso destas novas armas **flangeadas (flanqueantes)**, e isto contribuiu em parte para a vantagem decisiva que forças européias muito menores tiveram sobre eles – primeiro os portugueses, e depois os holandeses.

Mais difícil é caracterizar o caso indiano. Se por um lado é possível (como faz Parker) tratar o norte da Índia como parte de uma expansão maior, incluindo o império Safávida e a Turquia Otomana, o sul da Índia permanece fora do âmbito de tal discussão⁴. Isto é curioso, uma vez que ultimamente alguns indianistas começaram a argumentar que as armas de fogo teriam

3 BOXER, C. R. “Asian potentates and European artillery in the XVIth-18th centuries: A footnote to Gibson-Hill”. *Journal of the Malayan Branch of the Royal Asiatic Society*, v. XXVIII, n. 2 (1965), p.156-172; veja também REID, A. J. S. “Europe and South-East Asia: The military balance”, *Occasional Paper* n. 16, Cook Univ. of Northern Queensland, 1982.

4 Cf. Parker, *The Military Revolution*, p. 125-136; isto segue, até certo ponto, as categorias empregadas em HODGSON, Marshall G. S. *The Venture of Islam, III: The Gunpowder Empires and Modern Times*. Chicago, 1974.

tido um papel decisivo na transformação do caráter dos estados naquela área, evidenciado pela sua crescente natureza fiscal. Em escritos recentes, Burton Stein – em particular – tem procurado retratar alguns dos regimes do sul da Índia nos séculos XVI, XVII e XVIII como possuidores de uma força centralizadora, que os distinguiria de formas de estado fracas e “segmentárias” anteriores. Ele argumenta que “a força motora de mudança durante o período **Vijayanagara** (c. 1350-1650) foi militar e política” e amplia o argumento afirmando que “as preocupações militares dos líderes **Vijayanagara** e a introdução de armas de fogo fizeram com que o estado fosse diferente de todos os que o precederam no Sul” (grifo nosso)⁵. Estas afirmações não são periféricas ao ponto de vista de Stein sobre a mudança no sul da Índia no início da época moderna. Delineando as principais “características estruturais” dos últimos regimes pré-coloniais no sul da Índia, ele também afirma que:

São duas as características. Uma refere-se à necessidade de todos estes regimes, a partir do século XVI, equipar-se com armas de fogo, freqüentemente com soldados hábeis em seu uso correto, e com cavalos de guerra. Nada disto poderia ser obtido sem comércio ou sem dinheiro. Comércio significava relações com os portugueses e, mais tarde, com outros europeus [*sic*]. Em resumo, os requisitos técnicos da arte de guerra alavancaram os estados indianos do período médio dos **Vijayanagara** para relações com um mundo maior de intercâmbio como condição de sobrevivência enquanto estados. O segundo aspecto é ancilar a este: o desenvolvimento de meios fiscais para obter *commodities* procuradas por comerciantes estrangeiros (tais como o arroz do Malabar [*sic*], uma mercadoria internacional por séculos) e para criar “esponjas fiscais” de crescente complexidade até chegarmos àquelas do Sultão Tipu.

E, finalmente, caso tenhamos dúvidas quanto à estrutura causal proposta, Stein pronuncia que: “Centralização à força era a marca típica dos

⁵ STEIN, Burton. “State Formation and Economy Reconsidered”. *Modern Asian Studies*, v. 19, n. 3 (1985), p. 395-396.

regimes da Índia do século XVIII, e em todas as partes isto foi determinado por necessidades militares” [grifo adicionado]⁶.

No presente artigo, eu procuro examinar a extensão da propagação do uso de armas de fogo no sul da Índia nos séculos XVI e XVII, e o papel que os portugueses desempenharam nesse processo, especialmente os indivíduos privados portugueses. Neste sentido, as fontes utilizadas serão majoritariamente européias, suplementadas, no entanto, por algum material literário em telegu e sânscrito, produzido nas cortes dos chamados reinos “Nayaka” do Tamilnadu dos séculos XVI e XVII. Usando-as, espera-se lançar luz não meramente ao uso de armas de fogo em si, mas em como elas eram percebidas pelos governos do sul da Índia do período.

I.

O mais antigo uso de armas de fogo neste caso o canhão no subcontinente indiano pode provavelmente ser localizado na segunda metade do século XV, nas campanhas do sultão Mahmud Bigarh do Gujarat⁷. Contudo, entre aquela data e 1498, quando os portugueses chegaram em Calicut, na costa ocidental da Índia, nem canhão nem armas de fogo menores (particularmente arcabuz e mosquete) faziam parte do arsenal indiano. Esta situação modifica-se de forma considerável durante o primeiro século da presença portuguesa na Índia. Assim, no final do século XVI, canhões passam a ser encontrados nos arsenais de todo grande governante do sul da Índia.

No caso do norte da Índia, a invasão de Babur, um governante **Timurídio** estabelecido inicialmente na bacia do Oxus, e mais tarde no Afeganistão, levou à derrota dos sultões Lodi de Delhi na batalha de Panipat

6 STEIN, op. cit., p. 409-410; também STEIN, “Camponeses, Politics and the Deconstruction of Feudalism in Medieval India”, in BYRES, T. J.; MUKHIA, H. (Eds.). *Feudalism and Non-European Societies*. London, 1985, p. 54-86. Finalmente, para uma interpretação mais matizada, veja MOODLEY, Devdas. “War and the Mysore State: Men and Materials, 1760-1800”, artigo apresentado à Ninth European Conference on Modern South Asian Studies, 9-12 July 1985.

7 QAISAR, Ahsan Jan. *The Indian response to European technology and culture (AD. 1498-1707)*. Delhi, 1984; mas veja também KHAN, Iqtidar Alam. “Early use of cannon and musket in India, AD 1442-1526”. *Journal of the Economic and Social History of the Orient*, v. 24 (1981), p. 146-164.

(1526); nesta batalha, Babur usou artilharia de campo, uma estratégia que foi considerada altamente incomum no período, embora (como vimos) a artilharia já fosse conhecida na vasta região desde pelo menos o século XV⁸. As fontes de artilharia de Babur eram, no entanto, não européias ocidentais, mas turcas; na verdade, ao menos uma década antes de Panipat, os otomanos tinham demonstrado a importância do uso de canhão contra o reino mameluco e contra as forças safávidas, por eles “devastadas” na batalha de Chaldiran (1514), com arcabuzes e canhões⁹.

Após este sucesso inicial com armas de fogo, tanto no mar (os sucessos navais portugueses sendo em grande medida atribuídos a elas) quanto em terra, localizamos menções de seu uso ao longo do século XVI. Meu foco neste ensaio em particular está no uso de armas de fogo em terra, e no sul da Índia, e mesmo dentro deste âmbito limitado é possível encontrar diversos exemplos. O primeiro caso notável é a batalha de Raichur (1520), entre as forças de Vijayanagar e o Sultanato de **Adil-Shah** de Bijapur. Aqui, sabe-se que um grupo de vinte portugueses com espingardas (termo usado indiferentemente pelos contemporâneos para designar mosquetes e arcabuzes), sob o comando de um certo Cristóvão de Figueiredo – ele mesmo um comerciante de cavalos – ajudou as forças de Vijayanagar atirando em pessoas que apareciam nas trincheiras da cidade sitiada; e mais, Fernão Nunes, um outro negociante português que deixou uma descrição deste combate, relata o uso de artilharia em várias ocasiões pelas forças de Adil-Shah, tanto contra cavalaria e elefantes, quanto infantaria. Além disto, ele afirma que quando as forças de Vijayanagar capturaram um importante nobre de Bijapur, Salabat Khan, elas lhe tiraram muitos cavalos e elefantes, “e quatrocentos canhões pesados, além de pequenos; o número de carretas para os canhões chegando a novecentos”¹⁰.

8 KHAN, I.A. “Early use of cannon”, *ibid.*; também Id., “Origin and development of gunpowder technology in India, AD. 1250-1500”. *Indian Historical Review*, v. 4 (1977).

9 Cf. AYALON, David. *Gunpowder and firearms in the Mamluk Kingdom: A challenge to a Medieval Society*, 2nd edition, London 1978, p. 108-110. PARKER, *The Military Revolution*, nota que uma literatura recente fornece uma visão mais complexa, e cita SAVORY, Roger. *Iran under the Safavids*. Cambridge, 1980, bem como JENNINGS, R.C. “Firearms, bandits and gun-control”. *Archivum Ottomanicum*, v. 6, 1980, p. 339-380.

10 O relato de Nunes está reproduzido em LOPES, Lopes (Ed.). *Chronica dos Reis de Bisnaga*. Lisbon: Imprensa Nacional, 1897, p. 39; uma tradução ligeiramente defeituosa do mesmo aparece em SEWELL, Robert. *A Forgotten Empire*. Vijayanagar, print New Delhi, 1962, p. 325-329.

O relato de Nunes sublinha vários aspectos que teremos oportunidade de desenvolver com mais detalhes. Primeiro, enquanto é evidente que a artilharia teve um certo destaque na arte da guerra no sul da Índia na década de 1520, ela era usada essencialmente para sitiar inimigos. Segundo, seu uso raramente era decisivo, e o principal modo de guerrear era consequentemente visto como dependente do uso de cavalaria pesada e elefantes, apoiados por uma massa de infantaria. Em terceiro lugar, o relato de Nunes enfatiza a íntima relação entre armas de fogo e o mercenário ou renegado português, categoria a que o cronista Diogo do Couto referiu-se com desprezo sob a denominação de *chatim*.

À medida que avançava o século XVI, proliferava o uso de armas de fogo no sul da Índia. Este processo foi auxiliado pela crescente presença na região de fundidores de canhão europeus: talvez o mais antigo exemplo disto sejam dois milaneses que foram de Cochim para Calicut em 1503, para fundir artilharia e atuar como artilheiros¹¹. Além disto, os europeus também vendiam tanto canhões quanto armamento mais leve feito na Europa (ou em enclaves europeus na Ásia) a seus parceiros asiáticos, um caso ilustrativo sendo um certo residente *casado* em Goa chamado Manuel Coutinho, que, no final da década de 1540, vendia arcabuzes em Bengala¹². Este tipo de venda era, é claro, ilegal na visão do Estado da Índia Portuguesa, mas foi facilitado – sugeriu-se – pelo fato de que armas de fogo manufaturadas localmente eram de baixa qualidade. No que concerne a canhões feitos na Índia, por exemplo, estes foram descritos mesmo já na década de 1780 como sendo “desajeitados, mal montados e mal empregados”, uma descrição semelhante àquela de 1525, quando um observador português declarou: “Fazemos pouca menção de armas mouras, porque elas não são boas para nada em nossos navios; no entanto, se o metal for derretido, armas melhores poderão ser moldadas”¹³. Mas não se pode negar que os próprios números, quer de manufaturados localmente ou de importados, obtiveram uma certa dimensão por volta do final do século XVI. Na grande batalha no sul da

11 AUBIN, J. “L'apprentissage de l'Inde: Cochim, 1503-1504” dans *Moyen Orient & Océan Indien/Middle East & Indian Ocean*, v. 4, 1987, p. 1-91.

12 Carta de Rui Gonçalves de Caminha a D. João de Castro, in SANCEAU, Elaine (Ed.). *Coleção de São Lourenço*, v. 3, Lisbon, 1983, p. 555-556.

13 Citado em Parker, *The Military Revolution*, p. 128.

Índia do século XVI, Talikota (1565), entre os exércitos de Vijayanagar e do Decão, uma fonte telegu, Ramarajana Bakhair, argumenta que os exércitos de Vijayanagar contavam com cerca de 2.300 armas de **magnitude**, além de vários milhares de armas menores¹⁴. No entanto, enquanto freqüentemente nos garantem que essas armas produziram “grande carnificina”, em nenhum momento durante a batalha elas parecem ter tido um efeito significativo em seu curso; há um consenso de que esta batalha foi eventualmente vencida com base em negociações secretas e através do fomento à sedição.

Nas décadas que se seguiram a esta batalha, as descrições europeias das artes de guerra e dos centros fortificados no sul da Índia continuavam a mencionar a proeminência que lá tinham as armas de fogo. Nicolau Pimenta, um jesuíta em visita à cidade de Senji, refere-se à presença (por volta de 1600) de “muita artilharia, pólvora e balas”, e o mesmo é enfatizado por outros escritores descrevendo até mesmo os menores fortes¹⁵. Uma imagem particularmente evocativa é dada por Gasparo Balbi, um veneziano residente em São Tomé de Meliapur (hoje subúrbio de Madras) no começo da década de 1580. Ele descreve um *paleyam* (centro fortificado) perto de São Tomé, “la quale è cinta di muraglie fatte di fango co’ suoi muri e baloardi attorno”, e então passa a falar do *palegadu* (chefe) que ali residia. Este homem, nas palavras de Balbi, “quando va fuora, è accompagnato da molti arcobusieri a piedi, che vanno tutti ignudi fuor che le parti vergognose e sono armati d’arcobuso con le caricature [o “cinturão de cartucheira”] cinte attorno a’ fianchi”¹⁶. Armas de fogo aparecem, igualmente, em descrições de centros mais ao sul. Enquanto a única descrição europeia detalhada da cidade fortificada de Tanjavur no começo do século XVII não menciona nenhuma arma de fogo¹⁷, uma fonte literária em sânscrito do mesmo período, produzida no reino de Tanjavur Nayaka, compensa essa lacuna. Nesta fonte, o *Sahityaratnakara*, é possível encontrar uma descrição da área do

14 BAKHAIR, Ramarajana. In: SASTRI, K.A. Nilakantha and VENKATARAMANAYYA, N. (Eds.). *Further Sources of Vijayanagara History*, 3 v., Madras, 1946, v. 3, p.224-225.

15 “Jesuit Observations of India”, in PURCHAS, Samuel (Ed.). *Hakluytus Posthumus or Purchas his Pilgrimes*, reprint Glasgow, 1905, v. 10, p. 218-219.

16 Cf. *Viaggi alle Indie Orientali di C. Federici e G. Balbi*. PINTO, Olga (Ed.). Rome, 1962, p. 162-163.

17 Veja *The Life of the Icelander Jón Ólafsson, Traveller to India*, v. II, TEMPLE, R. C. et al. (Ed.). London: The Hakluyt Society, 1932, p. 14-21, 114-119.

palácio Tanjavur. Na parte mais externa do pátio estão os mercenários Parasika (portugueses), equipados com armas de fogo (*agniyatra*), “seus olhos virando de tanto beber”¹⁸. Fontes jesuíticas posteriores, a partir de 1640, argumentam que Tanjavur possuía “uma prodigiosa quantidade de peças de artilharia de todos os calibres”, incluindo um “grande canhão, na boca do qual um homem podia convenientemente manter-se agachado”¹⁹.

A conclusão, assim, parece inescapável: por volta do começo do século XVII, o território Tamil era abundantemente suprido com armas de fogo, desde mosquetes e arcabuzes aos maiores canhões. De fato, sua presença pode ser detectada também mais ao norte, na região Telegu. Uma descrição *Kaifiyat* de um combate no forte Telegu de Siddhavatam, na década de 1580, menciona como o defensor desta fortaleza, um certo Basavana Boya, “deixou pronto para uso um *jajayi* [possivelmente derivado do árabe *jaza`ir*, de cano duplo, uma peça de parede disparada de um canhão giratório, ou um mosquete giratório longo] assentado na área entre os muros internos e externos da fortaleza, e quando o exército [oponente] Velugoti se aproximou do forte, disparou na direção do comandante que estava sentado em um *howdah* sobre um elefante”²⁰. Ainda uma outra descrição de uma batalha na mesma vizinhança geográfica, esta na década de 1580 ou começo da de 1590, diz de um chefe-guerreiro, Matla Ananta:

Inabalado pela quantidade de pólvora disparando fogo para os céus, chamas impossíveis de conter
ou pelas chamas e barulho saindo das armas *tupaki*,
ou pelas pedras desabando como chuva torrencial,
ou pelo tiro de canhão ecoando pelos quatro cantos do universo,
Você lutou, ganhando o louvor do Padushah e outros”.²¹

¹⁸ *Sahityaratnakara*, or Yajnanarayana Diksita. CHINTAMANI, T. R. (Ed.). Madras: Diocesan Press, 1932, Sarga 13.9. Todas as traduções do telegu e sânscrito citadas no texto deste artigo foram feitas por David Shulman.

¹⁹ Cf. BERTRAND, J. *La Mission du Maduré d'après des documents inédits*, 4 v., Paris, 1847-1854, v. 3, p. 44-45, citado em SATHIANATHAIER, R. *Tamilaham in the 17th Century*. Madras, 1956, p. 61-62.

²⁰ *Kaifiyat* of Pattapuravi, reproduzido em SASTRI e VENKATARAMANAYYA (Eds.). *Further Sources*, v. 2, n. 235.

²¹ *Kaifiyat* of Cittiveli, em *Further Sources*, op. cit., n. 216 (b).

II.

Tendo então estabelecido a quase onipresença de artilharia e armas menores no sudeste da Índia no final do século XVI, tanto pela apreciação dos europeus quanto nas fontes literárias da própria área, podemos a seguir voltar a examinar o papel dos portugueses na sua propagação. No caso da maioria das regiões da Ásia do século XVI, as armas de fogo eram inicialmente adquiridas de duas fontes: portuguesas ou turcas. Em alguns casos, como Acheh, no oeste de Sumatra, a conexão otomana foi bastante explorada, enquanto em outras partes, como no Japão, a introdução de armas de fogo pode ser atribuída exclusivamente à influência portuguesa. É importante observar, no entanto, que os portugueses que espalharam o uso destas armas freqüentemente não eram emissários do Estado da Índia, mas cidadãos privados, negociantes, mercenários e mesmo renegados.

Em um estimulante ensaio sobre o papel dos exilados e renegados na Ásia portuguesa do século XVI, Maria Augusta Lima Cruz observa: “Fundamentalmente, o renegado oferecia seus serviços militares para um outro chefe supremo”, e nos fornece vários exemplos de homens, desde fidalgos até a mais comum *gente baixa ou gente miúda*, que fez o mesmo ao longo do século XVI²². Uma análise do renegado português no contexto da Ásia do século XVI deve incorporar, então, diversos elementos. Primeiro, deve-se considerar que a longa guerra ocorrida no norte da África (a qual Andrew Hess recentemente chamou de “fronteira esquecida” entre os ibéricos e o Islã) produziu sua boa parcela de renegados e vira-casacas²³. Uma vez na Ásia, esta tradição continuou, como visto nos primeiros exemplos como João Machado, um capitão no exército de Adil-Shah durante o cerco de Goa (1510)²⁴. Segundo, Lima Cruz argumentou que o negócio de *chatinagem* (ou vira-casacas) estava intimamente relacionado à situação econômica e social da pessoa em questão, e poderia ser o resultado de

22 Veja CRUZ, Maria Augusta Lima. “Exiles and Renegades in early XVIth century Portuguese India”. *The Indian Economic and Social History Review*, v. 23, n. 3, 1986, p.260.

23 HESS, Andrew C. *The Forgotten Frontier – A History of the Sixteenth Century Ibero-African Frontier*. Chicago, 1978, p. 18-20, 194-196, e passim.

24 CRUZ, M. A. Lima. “Exiles and Renegades”, p. 256-257, 260, citando referências nas crônicas de Barros, Correia e Castanheda.

vários fatores, entre os quais ela inclui “exílio, cativo, problemas com a justiça ou com capitães”²⁵. De fato, por cerca de 1565, acredita-se que mais de dois mil portugueses serviam a estados asiáticos tão diversos quanto China, Pegu, Bengala e Ayuthia; por volta do começo do século XVII, o número chegaria a cinco mil²⁶. Este processo começara, como observamos, relativamente cedo. Na batalha de Raichur em 1520 (a qual já tivemos oportunidade de discutir), Fernão Nunes relata a presença no exército de Adil-Shah de ao menos quinhentos renegados portugueses, além de uns vinte que lutaram ao lado das forças de Vijayanagar²⁷. Aproximadamente na mesma época, temos o relato português de Hussain-Shah Bengal, onde diversos portugueses haviam se estabelecido (incluindo dois cujos nomes conhecemos – Rafael Perestrelo e Martim de Lucena), que se tinham convertido ao Islã, demonstrando considerável hostilidade a uma embaixada enviada de Goa em 1521²⁸. O exército Gujarat da década de 1530 tinha cerca de sessenta portugueses que nele serviam.

Retornando à análise de Lima Cruz, ela argumenta que as razões principais que levavam estes homens a procurar emprego junto a governantes asiáticos podem ser encontradas nas suas situações sócio-econômicas. Soldados comuns, marinheiros e remadores eram os primeiros avidamente presentes em situações de cerco ou guerras prolongadas²⁹. De fato, em sua *Década Sétima*, o cronista português Diogo do Couto chega a declarar que “esta [falha em pagar salários adequados e oportunos a soldados] é o motivo pelo qual há tão **poucos que desejariam ir invernar em fortalezas do Rei, e muitos viravam chatins, e vão e residem nos reinos de Pegu e Bengala para auxiliar aqueles reis que estão em guerra entre si**”³⁰.

Observamos que o mesmo acontecia tanto no continente do sudeste da Ásia e Bengala quanto no Decão, já desde a década de 1520. Um pouco mais tarde, na batalha de Talikota (1565), uma fonte relata que as

25 Ibid., p. 260.

26 Ibid., p. 259; veja também DISNEY, A. R. *Twilight of the Pepper empire: Portuguese Trade in Southwest India in the early 17th century*. Cambridge, Mass., 1978, p. 20-21.

27 NUNES, em SEWEL, *The Forgotten Empire*, p. 312, 325-329.

28 *Voyage dans les deltas du Gange et de l'irraouaddy. Relation portugaise anonyme (1521)*. BOUCHON, G.; THOMAZ, L. F. (Éd.). Paris, 1988, p. 221 e 252-253.

29 CRUZ, M. A. Lima. “Exiles and Renegades”, p. 259-260.

30 COUTO, Diogo do. *Da Ásia*, Década VII, livro VII, cap. 3.

forças **Vijayanagara** podiam contar com os serviços de cerca de 3.000 *parangis* (provavelmente um exagero), e descrições posteriores dos reinos Nayaka de Tamilnadu não deixam dúvidas quanto à presença de mercenários portugueses na região³¹. Observamos a descrição que *Sahityaratnakara* faz de mercenários portugueses em Tanjavur, “perto dos quais o vento, soprando alto através de suas *agniyantras* de metal e enchendo os espaços internos, parecia estar proclamando perpetuamente a iminente missão de destruir os exércitos inimigos do rei”³². Que isto não seja meramente o produto da imaginação febril de um poeta fica evidente comparando-se com o testemunho do cronista português Antonio Bocarro, que deixou uma descrição do porto de Nagapattinam (no território Tanjavur) na década de 1630. De acordo com seu relato, a corte de Tanjavur tinha como residentes um número considerável de mercenários portugueses (vindos de Nagapattinam), aos quais Nayaka tratava “com grande familiaridade”, enquanto eles, por seu lado, tinham permissão para ficar sentados e usar chapéus em sua presença, e dirigir-se a ele meramente como *Senhoria*³³.

Não há dúvidas de que estes portugueses estavam, ao menos em parte, associados ao uso e à propagação de armas. Um argumento semelhante foi feito no contexto de Burma do século XVI por Victor Lieberman, o qual acredita que esses mercenários (e especialmente o capitão português Filipe de Brito e Nicote, na década de 1590) tiveram um efeito decisivo no curso da guerra da região³⁴. Isto não é assim tão óbvio quanto Lieberman acredita. Senão, veja, é importante lembrar que nem todos os mercenários portugueses eram conhecidos por sua habilidade no uso de armas. Há vários exemplos de mercenários que conquistaram uma posição em estados asiáticos como conselheiros nas relações com Goa (um bom exemplo é Fernão Rodrigues Caldeira, que residia em Golconda na década de 1590), ou mesmo

31 *Ramarajana Bakhair*, em SASTRI and VENKATARAMANAYYA. *Further Sources*, v. III, p. 224.

32 *Sahityaratnakara*, of Yajnanarayana Diksita, Sarga 13.8.

33 Cf. BOCARRO, António. Livro das Plantas. In: PEREIRA, A. B. de Bragança (Éd.). *Arquivo Português Oriental*, (N.S.), Tomo IV, v. II, Part II, Goa, 1938, p. 4. Para uma discussão mais detalhada das relações entre Tanjavur e Nagapattinam, veja SUBRAHMANYAM, Sanjay. “Trade and the Flag: The Portuguese at Nagapattinam, 1530-1658”, in BASU, Dilip K. (Ed.). *Colonial Port cities in Asia: A Symposium*. No prelo.

34 Veja LIEBERMAN, Victor B. “Europeans, trade and the unification of Burma, c. 1540-1620”, in *Oriens Extremus*, v. XXVII, n. 2, 1980, p. 203-226.

como chefes de cavalaria³⁵. Um exemplo notável do último caso é um certo Sancho Pires, que entrou para o serviço de Nizam-Shahi em Ahmadnagar, e que, apesar de sua experiência passada como artilheiro, tornou-se capitão da cavalaria, adotando (até certo ponto pouco imaginativamente) o nome de Firangi Khan. Uma odisséia ainda mais encantadora é aquela de Mansur Khan, que serviu primeiro Malik Ambar nas décadas de 1600-1620, e, em seguida, tornou-se um Mughal *mansabdar* sob Jahangir³⁶. Neste caso fica também evidente que a perícia com armas de fogo teve pouco ou nada a ver com seu sucesso.

Mas existem ainda outros casos, onde artilheiros e outros com habilidades em gerenciamento de artilharia viraram a casaca, embora nem sempre com muito sucesso. No começo do século XVII, o governo do Estado da Índia estava ativamente empenhado nesta questão, temendo particularmente situações em que fundidores de canhões viravam a casaca e começavam a produzir armamentos para os rivais do Estado. Um caso notável desta natureza ocorreu na década de 1620, quando Goa chegou a enviar um assassino para dar um jeito num fundidor de canhão que estava a serviço de Adil Shahi; o assassino, sendo astuto, procurou fazer amizade com sua vítima, e “após comer e beber bem, assassinou-o e enterrou-o embaixo do assoalho de sua própria casa”, depois do que fugiu para a Chaul portuguesa. Por este feito, ele foi premiado com a posição vitalícia de assistente clerical do magistrado em Diu³⁷!

Contudo, controlar a propagação destes armamentos já não era mais possível no século XVII, quando outras potências européias entraram na arena asiática. Os holandeses no sudeste da Ásia, por exemplo, regularmente emprestavam e até mesmo davam de presente canhões, como parte de um processo onde procuravam obter favores junto aos estados asiáticos, e mesmo junto a indivíduos importantes. Os ingleses não ficavam mui-

35 Sobre Caldeira, veja SUBRAHMANYAM, Sanjay. “The Portuguese Response to the Rise of Masulipatnam, 1570-1600”, in *The Great Circle*, v. 8, n. 2, 1986, p. 127-131.

36 Sobre Firangi Khan, veja CRUZ, M. A. Lima. “Exiles and Renegades”, loc. cit., p. 261-262, citando COUTO, Diogo do. *Década Sétima*, liv. IV, ch. 9; sobre Mansur Khan, COOLHAAS, W. Ph. (Ed.) *Pieter van den Broecke in Azië*, 2 v., The Hague, 1962-1963, passim.

37 Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisbon, Documentos Remetidos da Índia, Livro 24, fl. 83-83v.

to atrás, e mesmo os dinamarqueses tiveram um pequeno papel. Quando o chefe dinamarquês em Tranquebar, Rolant Crappé, chegou da Europa em 1624, trouxe para Raghunatha Nayaka de Tanjavur “dois canhões de bronze novos e bem polidos, com sete figuras de grupos de pessoas estampadas sobre os mesmos”, os quais (é o que dizem os dinamarqueses) “o rei mandou instalar em seus aposentos de dormir”³⁸. Nem todos os canhões foram empregados desta forma, é claro; o canhão emprestado pelos dinamarqueses para Achyutappa e Chinanna Chetti nas décadas de 1630 e 1640 era usado de tempos em tempos em cercos de guerra, embora examinaremos abaixo o quanto isso ocorria efetivamente³⁹.

Em resumo, os mercenários e renegados portugueses tiveram um certo papel no sul da Índia em consequência de sua habilidade no uso de armas de fogo, mas isto não significa que aqueles tenham sido seus únicos e exclusivos papéis. Da mesma forma, isto também não ficou confinado aos séculos XVI e XVII; no contexto de Mysore no século XVIII, por exemplo, encontramos diversos mercenários portugueses, incluindo o famoso José Eloy Correia Peixoto, e José Agostinho de Menezes, mas também Bento de Campos, José Rodrigues, Antonio Pinheiro de Faria, e inúmeros outros, todos os quais serviram Hyder Ali Khan em várias funções⁴⁰.

III.

A próxima questão a ser tratada refere-se aos efeitos que as armas de fogo tiveram na arte da guerra, e também como elas foram percebidas no contexto do sul da Índia. Na verdade, é possível encontrá-las exercendo uma variedade de papéis. O primeiro é como armamento que decisivamente (e surpreendentemente) acaba com a carreira de um guerreiro – como usada

38 *The life of Jón Ólafsson*, p. 182-183.

39 Sobre Achyutappa e Chinanna, veja SUNRAHMANYAM, Sanjay. “The Pulicat Enterprise: Luso-Dutch Conflict in South-eastern India, 1610-1640”, in *South Asia*, N. S., v. 9, n. 2, 1986.

40 Cf. DUARTE, Adriano. “José Eloy Correia Peixoto – Captain of Hyder Ali’s vanguard of Europeans”, *Studia*, n. 23, 1968, p. 191-212; veja também DUARTE, “D. António de Noronha”, *Studia*, n. 20-22, 1967, p. 109-117.

por Basavana Boya em Siddhavatam contra as forças Velugoti (década de 1580), ou como usadas em uma emboscada para matar o incômodo Timmaraja, reclamante ao trono de Chandragiri na década de 1630⁴¹. Até certo ponto, isto segue paralelamente ao uso que Lieberman observa para estes armamentos nas guerras do final do século XVI entre Ayuthia e a dinastia burmesa Toungoo. Um segundo papel no qual as armas de fogo figuram é em grandes batalhas, longas e violentas, onde evidentemente produzem uma grande quantidade de som, luz e fumaça – o que as tornava atraentes mas possivelmente não particularmente eficientes. Descrições de batalhas feitas por fontes européias contemporâneas que tratam dos séculos XVI, XVII e mesmo do início do XVIII focam na cavalaria (no XVIII, especialmente cavalaria leve), elefantes e uma massa freqüentemente irregular de soldados de infantaria. Especialmente no campo de batalha, o papel da artilharia e armas pequenas parece ter sido criar confusão, e o uso tático em Chaldiran e Panipat (de acorrentar canhões para servir como impedimento ao movimento de cavalaria) não encontra menção nos relatos padrões sobre combates no sul da Índia.

Além disto, dos dois contextos possíveis – em campo e durante um cerco –, o último parece ter sido de longe o predileto. Vemos isto em Raichur, mais tarde no ataque de Ahmadnagar a Chaul, no começo da década de 1570, e mesmo nas campanhas de Tanjavur no começo do século XVII⁴². De fato, Solaga, chefe do forte de Devikottai na embocadura do rio Kolladam e um dos oponentes de Raghunatha Nayaka, é retratado pelas fontes Tanjavur contemporâneas como arrogante e confiante, porque sua fortaleza “tendo o oceano profundo em seu fosso, [era] impenetrável por outros, mesmo com a ajuda de *agniyantara*”. Quando o combate com as forças de Tanjavur começa, os homens de Solaga, afirma-se, dispararam suas *agniyantara*, desta forma enchendo o ar de fumaça⁴³. Outros exemplos do uso de artilharia em

41 Sobre o incidente Siddhavatam, veja a nota 20 supra. Sobre Timmaraja, Algemeen Rijksarchief, The Hague, Overgekomen Brieven en Papieren, VOC 1113, fl.318; também MACLEOD, N. *De Oost-Indische Compagnie als Zeemogendheid in Azië*, 2 v., Rijswijk, 1927, v. 2, p. 13-15, 170-171.

42 Sobre o ataque de Chaul, veja o excelente estudo de GOERTZ, R. O. W. “Attack and Defense Techniques at the siege of Chaul, 1570-71”, in ALBUQUERQUE, Luís de e GUERREIRO, Inácio (Eds.). SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA INDO-PORTUGUESA, II. *Actas...* Lisbon, 1985, p. 265-292.

43 Raghunathabhyudaya of Ramabhadramba. CHINTANAMI, T.R. (Ed.). Tanjavur, (s.d.), Sarga 8.82, and Sarga 8.89.

cercos podem ser encontrados nas capturas de Chinanna Chetti das fortalezas de Kallur e Katur, no começo da década de 1630 ao norte de Tamil, e nas campanhas de Mir Muhammad Sayyid Ardestrani em defesa do Sultanato de Golconda, nas décadas de 1630 e 1640.

Mas, por mais que se procure, é difícil encontrar mais que um ocasional exemplo evidente de que mesmo os cercos eram decisivamente afetados pelo uso de artilharia, embora se possa muito bem acreditar que existam diversos casos. É preciso fazer um esforço para imaginar ou acreditar que todos os artilheiros eram tão incompetentes quanto aqueles de Tanjavur no final da década de 1640, os quais, quando uma cavalaria Golconda aparecia no horizonte, fugiam “aterrorizados”, enquanto aqueles que ficavam, “atirando no ar e a esmo sem qualquer outro objetivo a não ser assustar os sitiadores; mas a pressa dificultando suas manobras, as peças, inadequadamente carregadas, nem mesmo produziam as explosões desejadas”. Uns meros oito anos antes, em junho de 1641, os portugueses em Nagapattinam tinham emboscado um grande contingente expedicionário de Tanjavur, que tinha uma vez mais mostrado grande inaptidão no manuseio de armas de fogo, de forma que os portugueses “os puseram para correr, tomando-lhes sua artilharia, que foi levada para a fortaleza [Nagapattinam], com grande crédito para as armas de Sua Majestade [de Portugal]”⁴⁴. Em resumo, portanto, deve ser dito que a assimilação de armas de fogo entre as máquinas de guerra parece ter sido um processo mais prolongado do que podemos supor.

Teria havido algum motivo particular para que assim fosse? Podemos considerar uma hipótese neste caso, paralela àquela proposta por David Ayalon em seu estudo clássico sobre armas de fogo no Egito mameluco do começo do século XVI? Ele argumentou que a subjugação dos mamelucos pelos otomanos foi decisivamente afetada pelo uso de armas de fogo por estes últimos⁴⁵. Isto o levou a questionar sobre as razões pelas quais os mamelucos não se adaptaram à tática de seus oponentes; com relação a isto,

44 Carta de Proenza em Bertrand, *La Mission du Maduré*, v. 3, p. 44-45. Sobre o incidente de 1641, veja Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, Caixas da Índia, n. 20, Doc. 4, fl. 2 “...deu sobre elle de maneira que o obrigou a pôr em fugida, tomando-lhe a artilharia, que retirou para as suas fortificações com muito crédito das armas de V.Magde”.

45 Cf. AYALON. *Gunpowder and Firearms in the Mamluk kingdom*, p. 86-111.

Ayalon conclui: “Armas de fogo, embora fossem usadas em ampla escala no reino mameluco, ainda eram vistas com total repúdio por parte das unidades que formavam as elites sociais e militares daquele exército”, acrescentando que “a atitude negativa frente a armas de fogo foi enormemente reforçada pela falta de disciplina e por dissensões internas, fatores resultantes da estrutura peculiar da sociedade mameluca”⁴⁶.

A questão que eu tento levantar é até que ponto pode-se adotar a “hipótese de Ayalon” no contexto do sul da Índia no começo do período moderno. No estado atual do nosso conhecimento, a resposta a esta questão não pode de forma alguma ser definitiva. No entanto, alguns elementos sugestivos são oferecidos aqui.

Em primeiro lugar, a literatura formal de corte e outras do período sugerem que havia um profundo fascínio por armas de fogo. Às fontes literárias citadas anteriormente neste ensaio, podemos acrescentar numerosas outras. Algumas dessas tratam de guerra, mas outras usam armas de fogo como dispositivo poético em diversos contextos – um sinal seguro do fascínio que elas exerciam. Voltando-nos primeiro para as cenas de guerra, além da campanha contra Solaga de Devikottai, mencionada um pouco antes, os textos Tanjavur do período de Raghunatha e Vijayaraghava contêm várias outras menções a armas de fogo. Em uma descrição das campanhas de Tanjavur da década de 1620 contra Jaffna, a poetisa Ramabhadramba descreve como os inteligentes soldados (*patavah*) de Raghunatha “faziam relâmpagos luminosos com sua *agniantra*, como se estivessem saindo das nuvens e indo na direção do oceano”. Ela chega a falar de como “eles despejavam faíscas de fogo dos cantos de seus olhos, vermelhos de fúria, e da *nalaka* de ferro (canhão ou mosquetes) nos inimigos à sua frente”. O último é um uso particularmente interessante, uma vez que toma uma imagem convencional (“faíscas de fogo dos cantos de seus olhos”) e conhecida na poesia de guerra clássica indiana, e a girá-la balançando-a contra a *nalaka* e seu efeito⁴⁷.

Veja ou outra, esta poetisa, em seu *Raghunathabhyudaya*, retorna à *agniantra* em suas várias formas. Uma parte na batalha de Toppur (1616) contém as seguintes imagens:

46 Ibid., p. 108-109.

47 *Raghunat habhyudaya* of Ramabhadramba, Sarga 9.17, Sarga 9.18, Sarga 9.69, Sarga 10.2 and Sarga 10.10.

– As chamas dos pavios acesos no destacamento de soldados usando *agniantra* brilhavam como serpentes resplandecentes com veneno, intentas em devorar o sopro de vida dos soldados inimigos (9.69).

– Ambos os lados na batalha usavam *agniantra*, de forma que ficava insuportável olhar para os soldados por causa da fumaça no campo de batalha (10.2).

– Alguns dos elefantes (na batalha) eram queimados pelas chamas provocadas pela incomparável *agniantra*, e pareciam montanhas cujas asas foram cortadas por Indra (10.10).

– Um texto do mesmo período, o *Sahiyaratnakara*, descreve o exército de Tanjavur a caminho da mesma batalha, com seu canhão (*nalikayudha*), o qual ensurdecia as mulheres e levava-as a fechar os olhos de medo⁴⁸.

Um segundo nível onde as armas de fogo entram nas percepções literárias deste período é através das cenas de caça. Estas cenas tinham se tornado convencionais na corte *kavya* Telugu do período do imperador Vijayanagara Krishnadevaraya (1509-1529), e são subseqüentemente transplantadas para dentro de solo fértil nas cortes Nayaka⁴⁹. Ao menos um dos textos deste gênero, o *Vijayaraghavakalyanam* do poeta Koneti Diksitulu, que ocorre na corte Tanjavur do século XVII, inclui armas de fogo (*tupaukulu*) entre os armamentos levados para a caça; neste sentido diverge de textos mais antigos do século XVI pela primeira vez. Contudo, as armas de fogo são usadas aqui não para matar animais mas para assustá-los, para que então eles possam ser mortos com armamentos mais convencionais, lança, rede e espada⁵⁰. É somente com o texto Tamil de começo do século XVIII, *Kulappanayakkan Katal* de Cupradipa Kavirayar, baseado na cidade de Nilakottai em Ramnad, que a arma de fogo (aqui *kuntu tunrun kulal*) é realmente usada em todo seu efeito: um tigre é morto com armamentos convencionais (isto é, o *vel* ou lança), mas um outro – duro de matar – tem de ser

48 Sahiyaratnakara of Yajnanarayna Diksita, Sarga 15.20 e 15.21.

49 A mais famosa deste gênero é a *Manucaritramu* de Peddana, Canto IV, do período de Krishnadevaraya. Sou grato a David Shulman pela informação sobre esta tradição.

50 Para este texto, veja JOGISOMAYAJI, Ganti. (Ed.) *Yaksa-ganamulu*, v. 2, Kakinada, 1956, especialmente p. 94-95.

morto com um mosquete (*kuntu kulal* em Tamil, de *kuntu* = bala [projétil], e *kulal* = cano oco)⁵¹.

Mais notável, contudo, que qualquer um destes exemplos, é um terceiro, no qual armas de fogo são arrastadas para dentro de um contexto por outro lado amplamente vulgarizado, o lamento de amor. No *Vijayaraghavacandrikaviharamu* de Kamarusu Venkatapatisomayaji, um poema romântico centrado na figura do Nayaka Telugu, Vijayaraghava (r. 1633-1673), a heroína do poema, apaixonada por Nayaka, canta:

Manmatha [Deus do Amor] veio pela montanha atacar-me;
brandindo sua lança de *campaka*, ele atingiu-me com suas setas
de flor – o Vijayaraghava, fortaleça a fortaleza de seu abraço!
Manmatha está fazendo campanha contra mim. As brisas suaves
levantaram acampamento, os cucos estão tocando seus
tambores de guerra – Vijayaraghava, envie seus olhos fulgurantes
para salvar-me!

A lua está espreitando em emboscada no céu; ele [Manmatha]
está mirando sua arma de lotus em mim (*kendammitupaki
vancen*) depois de carregá-la de pólvora que é luar
(*vennelamandu*) – Vijayaraghava, deixe-me buscar refúgio em
seu abraço!⁵²

Que um poeta do século XVII tenha transformado o armamento convencional do Deus do Amor – um arco de cana-de-açúcar com um cordão feito de abelhas, e flechas de flores – em uma arma de lótus, cujo cano tem de ser abastecido com luar, antes de mirar a vítima, é notável. Isto nos fornece um outro exemplo do dispositivo mencionado anteriormente, onde uma imagem convencional é ligeiramente distorcida, e assim reitera da maneira mais clara possível o fascínio por armas de fogo.

E ainda assim, para quem, e a que ponto? Quando começamos a olhar para além deste fascínio, uma curiosa ambivalência emerge. O jesuíta Proenza, escrevendo sobre um conflito entre as forças Bijapur e aquelas de

51 Cf. KAVIRAYAR, Cupradipa. *Kulappanayakkan Katal*. Madras: Prema Press, 1958, Verses 84, 90-91.

52 Veja Kamarusu Venkatapatisomayaji, *Vijayaraghavacandrikaviharamu*, em JOGISO-MAYAJI (Ed.). *Yaksaganamulu*, v. 2, p. 18.

Tanjavur, nos arredores de Tanjavur, nota como Nayaka deixa de usar o máximo da sua “artilharia forte e frota numerosa”. Em sua busca de uma explicação adequada para isto, o jesuíta observa que o *raja* (isto é, *palegallu*) junto com Vijayaraghava “são guerreiros de uma casta muito nobre e renomados por sua coragem. Eles usam apenas a espada e a lança; eles desprezam o arco e a arma, e deixam, como eles mesmos dizem, estas armas para os covardes que não ousam encarar o perigo de perto”⁵³. Será que este aparente desprezo por armas de fogo entre os guerreiros que se percebiam como pertencentes a posições elevadas é um produto da imaginação do jesuíta? Podemos notar a íntima associação de armas de fogo com grupos como os Bedas e os Boyas, os quais Burton Stein acredita serem majoritariamente “povos da floresta, caçadores que tinham chegado a chefaturas” no início do período moderno⁵⁴. O auxiliar de Matla, que usou o *jajayi* nesta condição em Siddhavatam no final do século XVI, era um certo Basavana Boya, e isto pode não ser coincidência, mesmo embora ele seja identificado no próprio texto como pertencendo à casta *besta* (ou pescador).

Numa pesquisa para saber como o guerreiro de elite da época percebia as armas de fogo do período, uma passagem de autor anônimo de um texto do final do século XVII, *Tanjavuri andhrrarajula caritra*, mostra-se particularmente esclarecedora. Um importante evento descrito no texto é a queda de Tanjavur em 1673 frente às forças Madurai; nesta batalha, o relato repetidamente menciona o uso de armas de fogo, “grandes canhões e pequenas armas” no lado Madurai, “vinte mil mosqueteiros”, instalados sobre “as trincheiras do forte Tanjore” para enfrentá-los. Após umas “dezenas de milhares de tiros de canhão [*sic*]” terem sido disparados, a cidade capitulou, uma vez que “as tropas de defesa não conseguiram sustentar o sofrimento que lhes foi infligido pelos disparos de canhão” (este é um daqueles raros exemplos mencionados anteriormente)⁵⁵. Tudo estando perdido, o *mahal* Tanjavur foi explodido por aqueles em seu interior, com “uma barulhenta explosão dupla” de pólvora, e dizem que o próprio Nayaka Vijayaraghava, e

53 Carta de Proenza, Tiruchirapalli 1659, in BERTRAND, La Mission du Maduré, v. 3, p. 270, citada em VRIDDHAGIRISAN, V. *The Nayaks of Tanjore*, Annamalainagar, 1942, p. 142.

54 STEIN. “State Formation and Economy” [cf. n. 5], p. 392.

55 Veja TAYLOR, William (Ed.). *Oriental Historical Manuscripts in the Tamil Language*, 2 v., Madras, 1835, v. 2, p. 191-193. Taylor aparentemente usou uma versão do manuscrito que diferia um tanto daquela publicada mais tarde por Veturi Prabhakara Sastri, que é citada a seguir, na nota 56.

seu filho Mannarudeva entraram no campo de batalha, decididos, numa espécie de missão suicida ritual.

O texto agora descreve em detalhes macabros a morte do filho nas mãos do *dalavay* Madurai, Venkatakrishnappa, que o desmembrou e finalmente o decapitou. Depois o relato continua:

Vendo isto, seu pai, imensamente pesaroso e furioso, desembainhou a espada e começou a lutar; ele foi cercado pelo *dalavay* e seu exército. Vijayaraghava gritou: “Você deve ordenar a seus homens para não disparar suas armas (*tupakulu*), mas lutar apenas com espadas e lanças. Você quer saber por quê? Porque se um morrer vítima de um projétil desprezível disparado de uma certa distância, ele não conseguirá entrar no céu (*paralokahani*) – isto não é nada parecido com a morte de um guerreiro (*ayudhamaranamu*). Você mesmo já não sabe disto?

Quando ele disse isto, o *dalavay* ordenou a seus mosqueteiros (*tupakulavaru*) que se afastassem e deixou apenas os espadachins em volta do rei. O rei desembainhou sua espada e começou a golpear os homens ao seu redor, e eles lutaram de volta. Vários homens foram feridos pelo rei desta forma. Com isto, outros, estando de pé ao redor, ficaram furiosos e atacaram o rei com suas espadas, e Vijayaraghava, gritando, totalmente consciente, “Ranganatha! Rajagopala”, caiu ao chão e ganhou o céu⁵⁶.

Esta noção da morte ideal de um guerreiro, que deve acontecer através de combate corpo a corpo em contato direto, e não através de “algum projétil nojento disparado de uma distância” era, podemos observar, não uma noção peculiar ao lutador Telegu, ou mesmo ao não-europeu. Em um ataque português a Dabhol (na costa oeste indiana) no começo do século XVI, João de Barros relata que o governador D. Francisco de Almeida – ansioso para avaliar sua cavalaria e seu *status* como fidalgo – garantiu que “aqui, tudo era cara a cara, lance a lance, espada a espada, com nenhum dos lados utilizando muitos recursos da artilharia que possuíam”⁵⁷. Sua lógica

56 Cf. *Tanjavuri andhrarajula caritra*, ed. SASTRI, Veturi Prabhakara, reprint Hyderabad, 1984, p. 54-55, passagem traduzida do Telegu.

57 BARROS, *Da Ásia*, Década II, livro III, cap. 4.

era impecável, porque estas eram no final as armas com as quais as “pessoas limpas” (gente limpa) desempenhavam seus atos de bravura.

IV.

Desta forma, o uso efetivo de armas de fogo no sul da Índia permanece notavelmente limitado no começo do período moderno, apesar da proliferação da quantidade de armas, e apesar dos esforços de pessoas como Muhammad Sayyid Ardestani, que empregava em seu quartel-general no forte Andhra de Gandikota, um fundidor de canhão francês e vários artilheiros de origem portuguesa, italiana, francesa e inglesa⁵⁸. Isto aconteceu provavelmente devido a diversas razões. A primeira, enfatizada por Geoffrey Parker, é tecnológica – a má qualidade das armas, a má qualidade do metal com o qual elas eram fundidas, bem como as dificuldades de manutenção. Além disso, conforme Parker observa, a absorção de armas de fogo não foi tão simples como se acreditou; a máquina de guerra tinha que se adaptar a isto, bem como servir às condições locais. Nisto, o Japão do final do século XVI permanece talvez único, não apenas superando as inovações militares ocidentais, mas “sempre adaptando-as às condições locais de uma maneira distinta”⁵⁹. Esta não é meramente uma questão de adaptação dos materiais; o processo é também de ajuste nas mentalidades e na ética guerreira prevalente. Fica por ser investigado então como o guerreiro japonês adaptou-se, no período anterior à “desmilitarização” efetuada por Tokugawa, quando virtualmente eliminou-se o uso de arma de fogo.

No caso do sul da Índia, vemos então uma ambivalência peculiar: por um lado, um fascínio, bem como uma certa propagação dos armamentos (no que os portugueses tiveram um papel nada pequeno); por outro lado, uma hesitação. Para capturar isto, encerrarei este ensaio com um extrato de

⁵⁸ Sobre Muhammad Sayyid, veja *inter alia*, SUBRAHMANYAM, Sanjay. *The Political Economy of Commerce. A Study of Southern India, 1500-1650*. No prelo, Chapter 6.

⁵⁹ PARKER. *The military revolution*, p. 142-143; também veja BROWN, D. M. “The impact of firearms on Japanese warfare, 1543-1598”, *Far Eastern Quarterly*, v. 7, 1948, p. 236-253.

uma carta de uma missão portuguesa, originada de Mysore na década de 1720. Seu autor, o jesuíta Joaquim Dias, descreve a tomada de um forte a oeste de Mysore; dentro estão as forças Mysore Udaiyar, seus sitiadores são Coorgis.

Durante este período, o *kaffir* Jerónimo, oficial do forte, fez bom uso de seu canhoneio [sobre os Coorgis], o qual tendo sido visto pelo escrivão Brahmin [do forte], ele ou sentiu pena das muitas pessoas que estavam morrendo pelas balas de canhão, ou era na verdade um traidor, porque ordenou ao *kaffir* que ele deveria mirar suas peças para mais alto, de forma que as balas apenas criassem medo, mas não ferissem ninguém; o oficial obedeceu, mas o vice-rei [do forte], vendo o pequeno efeito que o canhoneiro tinha agora, veio correndo para encontrar o *kaffir*, repreendendo-o por não disparar rajadas diretas. Com esta admoestação, o oficial ficou totalmente enojado, e atirando seu diamante [anel] no chão, começou a sair pelas portas do forte, dizendo “Um me diz, não mate, o outro me repreende, porque eu não mato. Eu não sei a quem devo obedecer, e assim sendo não quero continuar aqui”. O vice-rei teria ficado muito mal sem ele, e pior ainda se ele se passasse para o inimigo. Por isso ordenou que ele fosse detido, mas o primeiro homem que deitou-lhe as mãos sentiu-se morto a seus pés por um ferimento a faca, que o *kaffir* fez-lhe no coração. Assim que o vice-rei viu esta alteração, ordenou aos soldados que o atacassem, e o cortassem em pedaços [? texto não claro], e assim foi feito, e assim acabou o muito louvado Jerónimo, ou São João, como ele algumas vezes intitulava-se”⁶⁰.

E assim, entre aquele que desejava usar as armas ao máximo, e o outro que não queria, foi o infeliz artilheiro que morreu!

60 Biblioteca Nacional de Lisboa, Fundo Geral, Códice 178, fls.40-51v, “Relações das couzas succedidas neste reino de Maysur desde mayo de 1724 athe agosto de 1725”, especialmente fls. 42-42v.